

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE)

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 6 de Dezembro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

3000220009

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

BANCO DE PORTUGAL

Aviso

O Banco de Portugal leva ao conhecimento do público que, a partir de 6 de Dezembro de 2006, vai colocar em circulação uma moeda de colecção em liga de prata, com o valor facial de 5 euros, integrada numa série dedicada ao património mundial classificado pela UNESCO em Portugal, alusiva à «Paisagem Cultural de Sintra».

A distribuição desta moeda será efectuada por intermédio das Te-sourarias do Banco de Portugal e das instituições de crédito.

As principais características da supracitada moeda foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 57/2006, de 17 de Março.

13 de Novembro de 2006. — Os Administradores: *Vitor Rodrigues Pessoa* — *Manuel Sebastião*.

3000220048

AUTARQUIAS

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA

Aviso

Por despacho de 3 de Outubro de 2006 do presidente do conselho directivo e nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Dezembro, foi autorizada a exoneração ao técnico superior de 2.ª classe, Ricardo Manuel da Silva Carvalho, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José António Bastos da Silva*.
1000307962

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de especialista de informática — grau 2, nível 1.

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 9 de Outubro de 2006, proferido no uso de competência delegada, foi nomeada definitivamente para lugar da categoria de especialista de informática — grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do município de Albufeira, a candidata Telma Cristina Guerreiro Jesus Pires Bila, aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 76, de 18 de Abril de 2006, a qual deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

13 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *José Carlos Martins Rolo*.
1000307964

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Aviso

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, conjugado com o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, torna-se público que, na Câmara Municipal do Barreiro, foi requerido, no âmbito do processo LT/771, nos termos abaixo indicados, o licenciamento de uma alteração ao alvará de loteamento n.º 4/96, emitido em nome de I. C. C. — Indústria de Construção Civil, L.ª, pessoa colectiva n.º 502349735, para o prédio sito na Quinta dos Casquilhos, freguesia do Alto do Seixalinho, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barreiro sob o n.º 297/951108, e inscrito na matriz sob parte do artigo 17.º, secção E, da freguesia do Lavradio.

O lote n.º 20 passa a ter as seguintes características:

Área do lote — 3816 m²;

Finalidade — equipamento, estacionamento, zonas técnicas e arru-mos;

Área de implantação máxima — 1525 m²;

Área bruta de construção máxima — 2800 m²;

Número de pisos — 2P + Cv;

número de unidades — 1;

confrontações:

Norte — lote 19 e domínio público;

Sul — domínio público;

Nascente — domínio público;

Poente — lote 18.

Mantêm-se em vigor todas as condicionantes e demais prescrições fixadas no alvará de loteamento n.º 4/96, de 19 de Julho.